



GT 75. Retomadas e re-existências indígenas e negras

Coordenador(es):

Cauê Fraga Machado (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Sandro José da Silva (UFES - Universidade Federal do Espírito Santo)

Sessão 1

Debatedor/a: João Daniel Dorneles Ramos (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Sessão 2

Debatedor/a: Luiza Dias Flores (UFAM - Universidade Federal do Amazonas)

Sessão 3

Debatedor/a: Sonia Regina Lourenço (Universidade Federal de Mato Grosso)

A antropologia vem tradicionalmente tratando territorialidades negras, quilombolas e indígenas – especialmente do Nordeste – nas chaves analíticas da invenção da tradição, da etnogênese, da fricção interétnica, da reminiscência e da plasticidade identitária. Esses conceitos, além de estarem, na maioria das vezes, atrelados a relação desses coletivos com o Estado-nação, privilegiam apenas as relações políticas entre agentes humanos. Etnografias mais contemporâneas, vêm apresentando dados nos quais categorias nativas como as de retomada e resistência – não apenas como reagente, mas como re-existir – territorial e existencial, quando tomadas como conceitos descrevem diferentes vínculos entre actantes dos mais diversos modos de existência. Esses entes produzem reflexões cosmopolíticas e modos de agir com (ou contra) o Estado-nação de modos antes insuspeitos. Não pela via da memória ou da prova, mas pela cosmologia e relacionalidade estendida a todos existentes, recupera-se algo dado como perdido, inexistente. São “identidades” e territorialidades que sempre existiram, mas estavam aguardando momento propício para se realizar, retomando terras, práticas, contato com seres, objetos, linguagens sem que essas nunca tenham sido perdidas de fato. Nesse GT, privilegiaremos trabalhos etnográficos e reflexões teóricas acerca desse novo cenário no qual indígenas e coletivos negros reclamam sua existência.

Resistências contemporâneas: Indígenas e quilombolas face ao Estado

Autoria: Carolina Tamayo Osorio (UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais), Diego de Matos Gondim

Esta comunicação busca apresentar expressões de resistências indígenas e quilombolas na contemporaneidade. Para tanto, iremos operar com dados produzidos em duas pesquisas realizadas junto a duas comunidades indígenas e quilombolas, quais sejam: a comunidade indígena Gunadule, do Alto Caimán do Urabá antioquenho, Colômbia; e a Comunidade de Remanescentes Quilombolas do Mandira, do Vale do Ribeira, interior do Estado de São Paulo, Brasil (TAMAYO-OSORIO, 2017; GONDIM, 2018). O encontro destas duas pesquisas, para além de suas diferenças, tanto epistemológicas quanto étnicas, apresentam uma possibilidade de problematizar as resistências não apenas como reminiscências de um passado, mas como um processo inventivo e coletivo face às formas de colonização do Estado que são atualizadas em nosso século. Para isto, analisaremos duas situações distintas destas comunidades: 1) a luta pela formação de um currículo escolar constituído a partir de suas cosmologias (caso da comunidade indígena); e busca pela afirmação da escola dentro do quilombo (comunidade quilombola). No primeiro caso, Nasario Uribe apresenta uma "distinção" da forma de organização cosmológica dos Gunadule e dos Estados-nações; estes últimos, segundo o indígena, é composto por "estados dentro de outro estado". Essa compreensão para Uribe é necessária na medida em que possibilita pensar os efeitos dessa forma de organização nos processos de



legitimação das ações políticas, necessárias para que seu povo possa re-existir. No segundo, os mandiranos reclamam a reabertura da escola, que permaneceu fechada por aproximadamente dois anos. Esse ?manifesto? se dá através de um curta-metragem que engendra não só a cosmologia deste povo, mas também, a transgressão às relações unilaterais de poder que permeiam as políticas educacionais no Brasil. Ambas situações, que nesta proposta objetivamos problematizar, ajuda-nos a constituir uma hipótese que pensa a resistência não apenas como algo localizado nas reminiscências, mas que se atualizam junto às próprias formas de afirmação existencial. Em nossa análise, pensar essas resistências como movimento, como devir, significa considerá-las não apenas de um ponto de vista ético-estético (na constituição de uma ontologia), mas também político-jurídico (na constituição de um direito existencial). Desse modo, objetivamos pensar essas resistências como algo que cria em nossas cartografias contemporâneas, outras formas de existencia e sobrevivencia, que estão para além dos paradigmas temporais passado, presente e futuro, mas na emergência da contemporaneidade. A expressão de uma resistência enquanto acontecimento perturba o que se pensa como possível ou impossível, pois ela desestabiliza, de modos insuspeitos, as lógicas coloniais que imperam nas políticas atuais.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: